

## “DESPERTANDO AS ENERGIAS CÍVICAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA”: A MOBILIZAÇÃO JUVENIL DURANTE O ESTADO NOVO

Andressa Barbosa de Farias Leandro<sup>1</sup>

### RESUMO

Percebida como um recurso político durante o Estado Novo, a juventude passou a ocupar um lugar de relevo nos debates da arena política e nos projetos educacionais. As escolas foram estrategicamente utilizadas para disseminar a ideologia do regime vigente, contudo era preciso controlar o comportamento da juventude fora do ambiente escolar para que ela pudesse tornar-se “saudável” e apta a cumprir seus deveres junto à nação. Destarte, em 8 de março de 1940 é institucionalizada, por meio do Decreto nº 2.072, a Juventude Brasileira, um movimento de mobilização cívica para congregar toda a infância e juventude. Nesse mesmo ano, o presidente Getúlio Vargas elege o escotismo como um modelo para os jovens brasileiros e o incorpora à Juventude Brasileira. O presente artigo problematiza como se deu a mobilização cívica da juventude durante o Estado Novo. O trabalho orientado pelas discussões teóricas sobre o poder e as artes disciplinares, discutidas por Michel Foucault (1987) e juventude, propostas por Luís Antonio Groppo (2004), articulando a fontes impressas, tais como leis, decretos, discursos presidenciais, entre outros, e a bibliografia que versa sobre o Estado Novo, a Organização da Juventude Brasileira e o escotismo, constatou que os ideólogos do Estado Novo idealizaram e instituíram uma instituição nacional para arregimentar os jovens brasileiros. A partir de então, a Juventude Brasileira e o escotismo estiveram a serviço do regime estadonovista no projeto para educar civicamente aqueles que eram considerados o “futuro da nação”.

**Palavras-chave:** Escotismo, Estado Novo, Juventude Brasileira.

### INTRODUÇÃO

Instaurado em 10 de novembro de 1937, o regime autoritário denominado de Estado Novo<sup>2</sup> inaugurava uma nova cultura política:

A cultura cívica construída pelo regime de 1937, preocupada com a “pacificação” e a “civildade”, demarcou uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a vida privada da população, principalmente o público urbano. A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira (PARADA, 2009, p. 10).

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, andressa-leandro@hotmail.com

<sup>2</sup> O Estado Novo foi a denominação dada ao regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas no Brasil. Formalmente instituído em 10 de novembro de 1937, por um golpe político de Getúlio Vargas, o Estado Novo vigorou até o ano de 1945.

Nesse novo regime, a juventude passou a ser percebida como recurso e reserva política, [...] um investimento para a eliminação das tendências revolucionárias e não nacionalistas que habitavam o cenário político brasileiro, ainda pós 1937” (PARADA, 2009, p. 41). Para consolidar o Estado Novo e fazer do Brasil uma “grande nação”, Getúlio Vargas pedia a colaboração de todos os brasileiros, apontada como uma necessidade patriótica, principalmente da juventude (BERCITO, 2009):

Na mocidade que sacode os braços para o alto, como se pretendesse abraçar o sol e traz os olhos abertos pelo deslumbramento da vida que recém desponta, deposito minha confiança e a ela dirijo meu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Novo ( VARGAS, 1938, p. 135).

Enquadrada nas aspirações do Estado Novo, a juventude era transformada no eixo da nacionalização. Assim, Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 2.072, institucionaliza a Juventude Brasileira, para “enquadrar toda a infância, dos 7 aos 11 anos, e toda a juventude, dos 11 aos 18 anos, no movimento de mobilização cívica nos moldes nacionalista do Estado novo” (PARADA, 2009, p.109). O Decreto determinava a participação obrigatória de todos os alunos enquadrados nessas faixas etárias, matriculados nas escolas do país. Determinava ainda, que a instituição estaria sob a vigilância do Presidente da República e seria adotado cântico específico, uniforme e estandarte próprios.

Ainda em 1940, o presidente Getúlio Vargas incorpora a União dos Escoteiros do Brasil (UEB) à Juventude Brasileira. Nascimento (2008) assevera que, por ser um movimento que atraía a juventude, o escotismo despertou o interesse de ditadores como Vargas, que se apropriaram da instituição para fortalecer seu projeto político, militarizando a infância e a juventude, a exemplo da Alemanha, Itália e Portugal. Inculcar nos jovens a obediência, a disciplina, a moral e o civismo para formar cidadãos conscientes e aptos a contribuir para a grandeza da nação era o objetivo perseguido pelo Estado Novo, ou seja, era conveniente ao novo regime formar jovens que não contestassem a ordem política vigente. Para disciplinar o corpo da juventude, o governo vai se apropriar dos ideais de Baden-Powell, utilizando o escotismo, como mais uma estratégia, para ajustar o corpo jovem ao modelo pretendido de disciplina, ordem e aprimoramento moral, pois, como adverte Foucault (1987, p. 119), “[...], a disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.

O escotismo foi idealizado, no início do século XX, precisamente no ano de 1907, pelo general inglês Robert Stephenson Smyth Baden-Powell. Inicialmente gestado para

complementar a educação de jovens ingleses, o escotismo logo se propagou para outros países. O grande sucesso e a rápida difusão alcançada pelo escotismo devem-se ao fato do projeto de Baden-Powell contribuir com um tipo de educação que produzia sujeitos integrados aos ideais nacionais, servindo de vetor de nacionalismo político para essas nações no período entre guerras (NASCIMENTO, 2004). No Brasil, o escotismo foi implantado no ano de 1910, por iniciativa de um núcleo de oficiais e praças da Marinha Brasileira, que tiveram contato com o Movimento de Baden-Powell durante o tempo em que estiveram em missão na Inglaterra<sup>3</sup>.

Entusiasmados com o êxito que o escotismo lograra na Europa, os marinheiros julgaram que sua introdução no país seria benéfica para os jovens brasileiros, por isso, ao retornarem para o Brasil, trouxeram consigo uniformes escoteiros e organizaram o Centro de Boys Scouts do Brasil, fundado no dia 14 de junho de 1910. Tendo como principais incentivadores, Olavo Bilac e Mário Cardim, o escotismo logo despertou o interesse das autoridades políticas, estabelecimentos de ensino, igrejas, dentre outros, se expandindo para outros estados da federação, a exemplo do Rio Grande do Sul, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte, dentre outros (BLOWER, 1994).

Faz-se necessário ressaltar que a juventude é uma construção histórica e sociocultural e sendo assim, deve ser analisada levando-se em consideração o contexto histórico e as relações de poder em que está inserida, para que não caiamos na “armadilha do essencialismo”, procurando “a essência, a definição-conceito de juventude, tão caro ao objetivismo da ciência moderna” (CASTRO, 2006, p.1). A juventude assim como outras faixas etárias, construídas pela modernidade, tais como a infância, idade adulta e terceira idade, são de suma importância para se entender as diversas características da sociedade moderna, seu funcionamento e suas transformações, já que são esses grupos etários homogêneos, que orientam o comportamento social. Esses grupos etários são disseminados e enraizados na vida social, a exemplo dos inúmeros grupos juvenis, principalmente aqueles que são organizados pelas instituições do “mundo adulto”: escolas, internatos, casas de correção, escotismo e juventudes de igrejas, partidos e Estados” (GROPPO, 2004), a exemplo da Organização da Juventude Brasileira.

Santana (2011) aduz que o enquadramento institucional por classes de idades teve no escotismo seu modelo ideal, de tal modo que vários de seus elementos estruturais passaram a ser apropriados por outras organizações juvenis. Se compararmos o escotismo e a Juventude Brasileira iremos encontrar certa similaridade entre elas, haja vista que ambas reuniam indivíduos de idades semelhantes em torno de um sentimento patriótico em comum, ou seja,

---

<sup>3</sup> Um núcleo de oficiais e praças da Marinha Brasileira se encontrava na Inglaterra para acompanhar a construção de contratorpedeiros, cruzadores e dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo (BLOWER, 1994).

conforme asseverou Nascimento (2004), tanto a Juventude Brasileira quanto o escotismo estavam inseridos em um contexto fortemente nacionalista e buscavam promover uma educação voltada para a valorização do civismo, do patriotismo, da devoção e fidelidade ao interesse público. Interessa-nos problematizar como a Juventude Brasileira e o escotismo foram apropriadas pelo Estado Novo para mobilizar a juventude e adequá-la ao modelo pretendido de disciplina, ordem e aprimoramento moral.

Destarte, o enquadramento da juventude em instituições como a Juventude Brasileira respondem as exigências das conjunturas do regime político autoritário do Estado Novo, que por meio das técnicas de disciplinamento almejava a formação de uma “juventude patriota, ordeira, disciplinada, robusta, homogênea e coesa” (SOUZA, 2013, p. 105).

## **METODOLOGIA**

Para responder as indagações as quais se propõe, o presente artigo se ancora nas fontes impressas: leis e decretos, discursos presidenciais (publicados na coletânea a Nova política do Brasil<sup>4</sup>), reportagens publicadas em revistas circulantes nesse período, tais como Vida Escoteira-Revista da juventude e Revista Carioca. Todavia, temos que considerar que essas fontes não são o acontecido, mas sim rastros que nos aproximaram deste (PESAVENTO, 2006). Assim, faremos uma reinterpretação do que se passou, visto “que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2002, p.34). O trabalho é balizado ainda, pela análise da bibliografia que versa sobre o Estado Novo, a Organização da Juventude Brasileira e o escotismo, produzida por autores como José Silvério Bahia Horta (2012), Cristiane Antunes Stein (2008), Jorge Carvalho do Nascimento (2008), Maria Celina D’ Araújo (2000), Maria Helena Capelato (2010), entre outros.

As fontes impressas e a bibliografia produzida sobre o estado Novo, juventude e escotismo se articulam as discussões teóricas sobre o poder e as artes disciplinares, discutidas por Michel Foucault (1987) e juventude, propostas por Luís Antonio Groppo (2004). Os apontamentos teóricos de Foucault nos possibilitam problematizar a Juventude Brasileira e o escotismo como instituições disciplinares que foram apropriadas durante o Estado Novo para

---

<sup>4</sup> A Nova Política do Brasil é uma publicação organizada pelo governo de Getúlio Vargas. Trata-se de uma coletânea constituída por onze volumes que circularam entre os anos de 1938 a 1947. “Com o período de cobertura entre 1930 e 1945. Nessas publicações há um total de 277 discursos distribuídos em 3170 páginas” (VIVIANI, 2014, p. 2).

fazer um investimento nos corpos dos jovens brasileiros adestrando-os, manipulando-os e moldando-os para educá-los civicamente, aos moldes do projeto político educacional do governo de Vargas. Já as discussões teóricas tecidas por Groppo, nos ajudaram a compreender que a juventude é uma categoria social, “uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos (GROPPO, 2000, p. 8). Dessa forma, partimos do princípio que a Juventude Brasileira era um grupo social que compartilhava “representações simbólicas e situações sociais” produzidas pelo discurso político educacional da época.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A institucionalização da Organização da Juventude Brasileira**

Enfatizar a educação cívica e nacionalista tornou-se a principal orientação política educacional do Estado Novo. Era preciso formar indivíduos identificados com os “interesses nacionais” e “para difundir o espírito nacionalista reservava-se grande importância à formação da Juventude” (BERCITO, 2009, p. 38).

De acordo com Horta (2012, p. 177), ao elaborar a constituição de 1937, o Ministro da Justiça Francisco Campos já sinalizava seu interesse na criação de mecanismo de mobilização da juventude, ao estabelecer no capítulo dedicado à família, que tanto a infância quanto a juventude deveriam ser objeto de “cuidados e garantias por parte do Estado”, e determinar no capítulo da educação que:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da nação (ART. 132 DA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1937, p. 33).

Com o propósito de mobilizar a juventude brasileira para “promover-lhe a disciplina moral e adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e defesa da Nação”, no ano de 1938, Francisco Campos elabora um projeto no qual propõe a criação da Organização Nacional da Juventude, uma instituição de âmbito nacional e de caráter paramilitar, e o encaminha o presidente Getúlio Vargas, que o submeterá



à apreciação do general Eurico Dutra e de Gustavo Capanema, respectivamente Ministro da Guerra e Ministro da Educação, cujos pareceres foram determinantes para o arquivamento do projeto. Entretanto, apesar do arquivamento, foi fortalecida “a ideia de criar no Brasil um movimento que se encarregasse da educação física, moral e cívica da juventude, inculcando-lhe a disciplina e servindo como instrumento de sua mobilização em torno da ideologia do Estado Novo” (HORTA, 2012, p. 198).

Horta (2012) explica que entre os militares, havia duas tendências: um pequeno grupo que defendia que a juventude deveria ser organizada aos moldes das organizações italiana (Juventude Fascista) e alemã (Juventude Hitlerista) e outro que argumentava que a melhor maneira de mobilizar os jovens seria por meio uma instituição extraescolar, organizada seguindo o exemplo do escotismo. No meio militar era grande o entusiasmo pelo Movimento Escoteiro, nomes como os generais Heitor Borges, Newton Cavalcanti, Meira de Vasconcelos e o almirante Benjamin Sodré eram grandes entusiastas do escotismo, visto que o viam como uma espécie de preparação para o serviço militar e uma maneira de ampliar a área de influência do Exército. Para Nascimento (2008), o Exército pretendia, através do escotismo, ampliar a sua influência sobre as crianças e jovens.

De acordo com Parada (2009), após o arquivamento do projeto de Francisco Campos, surgiram vários projetos, principalmente nos meios militares. Um desses projetos foi apresentado pelo general Meira de Vasconcelos, comandante da Primeira Região Militar, que encaminhou para o Presidente da República um anteprojeto, propondo a criação de uma instituição nacional permanentemente encarregada da educação cívica da juventude, utilizando, para esse fim, a doutrina de Baden-Powell (HORTA, 2012). Stein (2008) argumenta que, ao delegar a educação da juventude ao Exército, o general Meira de Vasconcelos evidencia a sua intenção de militarizar a organização, defender a nação e criar um corpo militar de elite. Mas, para Horta (2012), a proposta do general Meira de Vasconcelos não tinha por objetivo a militarização precoce da juventude e nem o intuito de transformá-la em uma milícia armada e organizada. O interesse, antes de tudo, era a criação de uma instituição que viesse a garantir uma maior influência do Exército sobre os jovens e que, ao mesmo tempo, proporcionasse uma preparação física, moral e cívica, facilitando, assim, o trabalho de militarização a ser realizado durante o serviço militar.

Paralelo a esses projetos desenvolvidos nos meios militares, o então Ministro da Educação Gustavo Capanema, baseando-se no seu parecer dado a proposta de Francisco Campos, nos projetos dos militares e em informações sobre as organizações de juventudes de países como Alemanha, Portugal e Itália, desenvolve outro projeto, que foi entregue a Getúlio

Vargas no ano de 1939. Após sucessivas reformulações, o projeto chegou a sua versão final, e a organização da Juventude Brasileira foi instituída, em 8 de março de 1940:

É fundada uma instituição nacional, que se denominará Juventude Brasileira, destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria (BRASIL, 1940)

Embora Horta (2012) argumente que o projeto final da organização da Juventude Brasileira tenha sido esvaziado do seu caráter paramilitar, configurando, apenas, um movimento de caráter cívico, voltado para o culto dos símbolos nacionais, constatamos que o Decreto 2.072 explicita a intenção de despertar nos jovens o interesse pelo serviço militar:

É também papel da educação cívica formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares, e bem assim dar às mulheres o aprendizado das matérias que, como a enfermagem, as habilitem a cooperar, quando necessário, na defesa nacional (BRASIL, 1940).

A organização da Juventude Brasileira intencionava educar a mocidade para que esta cumprisse seus deveres junto a nação, ou seja, independente do sexo, era preciso inculcar “no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação” (BRASIL, 1940).

### **A adoção do escotismo como modelo para a juventude brasileira**

Nesse momento histórico, a “cultura escoteira” arraigada em um conjunto de normas que prioriza o civismo, a moral e o aprimoramento físico vai ser uma “aliada” do governo atuando como mais um veículo doutrinador para formar indivíduos identificados com os interesses nacionais. Em 14 de junho de 1940, por meio Decreto-lei 2.310, o presidente Getúlio Vargas incorpora à Organização da Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil (UEB):

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, tendo em mira a proposta feita ao Ministro da Educação pela União dos Escoteiros do Brasil, no sentido de ser esta instituição incorporada à Juventude Brasileira,

DECRETA:

Art. 1º Fica incorporada à Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil.

Art. 2º É autorizada a União dos Escoteiros do Brasil a manter a sua própria

organização, nos termos dos seus estatutos, a serem aprovados por decreto do Presidente da República.

Art. 3º Serão baixadas, na forma do art. 27 do decreto-lei nº 2.072, de 8 de marco de 1940, as necessárias instruções para a conveniente incorporação da União dos Escoteiros do Brasil à Juventude Brasileira.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1940).

O chefe da nação argumentava que o escotismo era “uma lição constante de energia, disciplina, bravura e lealdade. Nele se aprimoram as virtudes do futuro cidadão da Pátria (AS PALAVRAS DO CHEFE DA NAÇÃO AOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 1938, p. 5), por isso, se apresentava como o mais completo e eficiente método educacional para a formação da personalidade juvenil. Os principais objetivos do escotismo nos ajudam a compreender a “simpatia” e o interesse de Vargas pelo método educativo de Baden-Powell:

1º- Tornar um cidadão um ente ativo e feliz, pela formação da personalidade;

2º- Levar o indivíduo a trabalhar pela sociedade, combatendo toda e qualquer espécie de egoísmo, pelo culto progressivo do altruísmo;

3º- Criar, dentro das fronteiras do país, a verdadeira consciência nacional, desenvolvendo o amor pela terra e o interesse por tudo que se prende aos supremos interesses da Pátria que deverão estar acima de quaisquer cogitações;

4º- criar, por meio de uma fraternidade prática, uma amizade internacional que seja um seguro passo para a paz universal (CASTELO, 1938, p. 10-11).

Os objetivos do escotismo vinham ao encontro dos interesses educacionais do Estado Novo, haja vista que a pedagogia escoteira estava assentada nos valores morais e cívicos, elementos considerados caros a nação nesse momento. Em discurso proferido a quatro mil escoteiros, presentes no Encontro Regional de Escoteiros (AJURI) realizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, no ano de 1939, Vargas “convoca” os escoteiros para participarem da nova organização:

Em breve, toda a juventude brasileira será chamada a incorporar-se numa poderosa organização nacional, que se erguerá, como uma flama abraçada pelo patriotismo, para realizar um grande ideal. a vossa experiência e treinamento constituirão valiosa e decisiva contribuição para pôr em marcha, vitoriosamente, esse empolgante movimento cívico. Podereis assim mostrar que o Brasil está sempre presente na vossa existência de escoteiros que aos seus serviços destinais o vigor dos músculos adquiridos na ginástica e suas prolongadas marchas, que a sua elevação moral consagrais o aperfeiçoamento do caráter, apurando os vossos ensinamentos dos mestres e da vontade de ser úteis [...] sois a sentinela da pátria que unidos e vigilantes vos constituís os seus defensores em qualquer território, decididos a protegê-la contra tudo e contra todos. (DESPERTANDO AS ENERGIAS CÍVICAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA, 1939, p. 32-33).



Por meio do escotismo e da organização da Juventude Brasileira, o Estado Novo pretendia fazer um investimento no “corpo” dos jovens, adestrando-o, manipulando-o e moldando-o através de um processo disciplinar para produzir um cidadão educado, obediente, disciplinado e ajustado ao novo regime.

A solenidade de incorporação da União dos Escoteiros do Brasil (UEB) à Organização da Juventude Brasileira ocorreu durante a Cerimônia da Hora da Independência, realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde 1.000 escoteiros, representando a UEB, fizeram o juramento de incorporação à nova organização. Assim, a União dos Escoteiros do Brasil foi transformada num departamento do Ministério da Educação e Getúlio Vargas se proclamou presidente de honra da instituição. A partir de então, o Movimento Escoteiro, em todo o país, passa a adotar o estandarte e o cântico da Organização da Juventude Brasileira até o final do Estado Novo (PARADA, 2009).

Provavelmente, os dirigentes do Movimento Escoteiro temiam que a prática escoteira fosse extinta no Brasil, visto que, de acordo com Horta (2012), o primeiro projeto de uma organização nacional da juventude, elaborado por Francisco Campos, vedava, a partir da sua instalação, o funcionamento de quaisquer “formações ou arregimentações” destinadas à educação física, moral e cívica dos jovens:

A década de 1940 teve início com uma grande expectativa do escotismo brasileiro em decorrência da sua incorporação à Juventude Brasileira e determinada em decreto de 14 de junho de 1940. [...] Em 7 de setembro, com a participação de 40 mil estudantes, no estádio do Vasco da Gama, ocorreu a incorporação simbólica do Escotismo àquela organização governamental. Graças à pronta atuação da UEB, a ameaça foi neutralizada (CENTRO CULTURAL DO MOVIMENTO ESCOTEIRO, 2004, p. 1).

Logo após a criação da organização da Juventude Brasileira, ainda no mês de março de 1940, o general Heitor Borges, então presidente da União dos Escoteiros do Brasil, envia um documento ao Ministro da Educação, no qual propõe que seja confiada à instituição por ele presidida, a regulamentação e a execução do Decreto-Lei de criação da Juventude Brasileira. No mesmo documento, o general oferece ainda uma alternativa, caso a sua proposta não fosse viável: o Movimento Escoteiro passaria a integrar a Organização e os grupos de escoteiros seriam considerados “centros cívicos”, ficando-lhes assegurado o direito de utilizar os seus próprios métodos para ministrar a educação física, moral e cívica. Ademais, solicitava que os jovens inscritos no Movimento Escoteiro fossem dispensados da obrigação de participar das atividades dos centros da Juventude Brasileira. Em contrapartida, os estatutos da União dos Escoteiros do Brasil teriam que ser aprovados pelo Conselho Supremo da juventude Brasileira.

A segunda proposta foi aceita pelo Ministro da Educação e a UEB foi autorizada a manter a sua própria organização (HORTA, 2012).

Portanto, para que não fosse extinta a União dos Escoteiros do Brasil, apesar de manter a sua personalidade jurídica, teve que se filiar a Organização da Juventude Brasileira e se adequar aos seus princípios:

Para continuar funcionando, a União dos Escoteiros do Brasil estaria, em cada Estado, subordinada ao departamento estadual, que seria responsável pela nomeação de um representante, com a finalidade de moldá-la conforme os princípios da Organização Nacional da Juventude. Além disso, todos os escoteiros brasileiros estariam filiados automaticamente à organização (NASCIMENTO, 2008, p. 305).

O escotismo, articulado a Juventude Brasileira, foi utilizado para adestrar a infância, adequando o corpo do brasileiro, desde a mais tenra idade, à ordem política do Estado Novo (BURITI, 2002), configurando mais uma instituição formadora de ideais e práticas cívico-nacionalistas.

### **A propagação e ritualização do nacionalismo**

Partimos do entendimento que o escotismo e a Juventude Brasileira são instituições disciplinares que tem como alvo o corpo juvenil para aprimorá-lo e adestrá-lo, transformando-o em um corpo dócil, ou seja, em “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 11).

A educação dos jovens esteve atrelada ao civismo. De acordo com Art. 2º do Decreto-Lei nº 2.072, que institui a organização da Juventude Brasileira:

A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado, no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação.

Para as autoridades políticas estadonovista era de suma importância educar “[...] a juventude em relação ao sentimento de civismo e depurar costumes sociais que pudessem interferir na construção de uma nova identidade nacional” (ARAÚJO, 2000, p. 34). Uma juventude saudável e disciplinada, capaz de demonstrar sua obrigação cívica, era fundamental para a prosperidade da nação, associada, nesse período, ao Estado Novo.

As cerimônias cívicas cumpriam a função de propagar e ritualizar esse nacionalismo, sobretudo, entre as crianças e jovens. Nesse sentido, foi elaborado, nos primeiros anos do novo

regime, um calendário cívico com diversas datas comemorativas, que cumpriam a função de encenar os valores pretendidos pela ordem política vigente. Fundador de um novo tempo cívico, de uma memória coletiva e também de um modelo para as virtudes públicas, o calendário cívico fixou um significado para a comunidade nacional, que deveria ser guardado na memória coletiva e vivenciado através das cerimônias cívicas, possibilitando ao regime “demarcar tempos e lugares, nos quais Vargas e o Estado Novo podiam ser reconhecidos por sua importância e indispensabilidade na luta pela manutenção da soberania e do Estado-nação” (PARADA, 2009, p. 27). Esse calendário abrangia datas comemorativas, tais como: o dia de Tiradentes, Dia do Trabalho, Dia da Bandeira, aniversário do Estado Novo, Semana da Pátria, dia da Juventude, entre outras.

Essas cerimônias ou festas cívicas, organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mobilizavam um grande número de pessoas, principalmente os jovens, alvo da atenção dos gestores da cultura cívica do Estado Novo. Dois eventos do novo calendário cívico eram voltados diretamente para eles: o Dia da Juventude e a Hora da Independência (PARADA, 2009). Entretanto, a participação dos jovens não se limitava a esses desfiles, eles eram obrigados a participarem de todas as comemorações cívicas, sobretudo, após a institucionalização da Juventude Brasileira.

Essas cerimônias estavam articuladas ao processo de consolidação da política de massas e, conseqüentemente a modelos de civilidade e a disseminação de modelos de comportamento de autocontrole e disciplina. No imaginário político do Estado Novo, a Nação, una e indivisível, deveria ser adorada e venerada através de seus símbolos, produtores de significados e valores cívicos, ritualizados nas cerimônias cívicas, responsáveis pela integração dos cidadãos à nação, formando assim, uma só unidade.

Segundo Hoche (2017), a criação da Juventude Brasileira também serviu ao propósito de projetar a imagem de Getúlio Vargas como um governante querido e amado, digno de confiança, um exemplo a ser seguido pelos jovens de todo país. Para consolidar essa imagem, foram realizadas inúmeras ações envolvendo o movimento juvenil e o presidente Vargas, a exemplo do dia 19 de abril, dia do aniversário do chefe da nação, uma data de destaque no calendário cívico do Estado Novo:

Uma das datas mais importantes para o movimento era o 19 de abril, aniversário de Getúlio Vargas, e que a partir de 1941 tornou-se também o dia da Juventude Brasileira, unindo de mais uma maneira o chefe da nação com a mocidade de todo o país. O significado da fusão destas datas servia para reforçar um laço que se pretendia forjar entre o presidente e os jovens brasileiros (HOCHE, 2017, p. 136).

Não por acaso esse dia era decretado feriado escolar, para se constituir em um dia festivo, no qual os jovens de todo o país trocavam “os bancos das escolas pelos desfiles nas ruas das cidades do país em homenagem ao senhor Vargas” (BENCOSTTA, 2004, p. 3). A data era comemorada nos estabelecimentos de ensinos e também nas ruas. Nas escolas os alunos comumente assistiam a uma preleção sobre a personalidade do Presidente Getúlio Vargas. Nessa ocasião os professores aproveitavam para enfatizar o papel da juventude e as suas obrigações para com a Pátria, difundindo os símbolos nacionais e os ideais do novo regime para lembrar a juventude da responsabilidade de sua “grande missão”. Após as homenagens realizadas no interior das escolas, os alunos, conduzidos pelos professores, realizavam um desfile cívico nas ruas das cidades, garbosamente uniformizados.

Durante as festividades cívicas, a exemplo do Dia da Juventude, Aniversário do Estado Novo, Semana da Pátria, Dia da Bandeira, entre outros; não era apenas o cotidiano escolar que era alterado, mas sim todo o cotidiano cidadão. Toda a população era “convidada” a assistir esse momento de comunhão nacional. A propaganda política desenvolvida durante a nova ordem política foi responsável por disseminar e interiorizar a ideologia do “autocontrole” entre os sujeitos sociais, fazendo com que os mesmos se comportassem conforme os valores da nova ordem dominante. Assim, as comemorações cívicas eram transformadas “em momentos quase míticos de louvação ao país e a seu ‘chefe’” (ARAÚJO, 2000, p. 36).

As cerimônias cívicas se constituíam em uma das principais atividades da organização da Juventude Brasileira, visto que a referida instituição “buscará atingir as suas finalidades especialmente por processos de educação ativa, realizando formaturas solenidades demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos (BRASIL, 1940). Essas cerimônias cumpriam a função de difundir os valores nacionais e criar uma identidade nacional para o “novo” Brasil que estava sendo edificado por Vargas. Como Decreto 2.072 determinava que “A Juventude Brasileira prestará culto constante à Bandeira Nacional” e “será o Hino Nacional a expressão do seu fervor em cada dia”, as festividades cívicas era o momento por excelência de exaltação dos símbolos nacionais.

Ancorados nos pressupostos foucaultianos sobre o poder, constatamos que essas cerimônias, produtoras de sentidos, se constituíam em uma tecnologia de poder, que adestrava, manipulava e moldava o corpo da juventude conforme os interesses dos ideólogos do Estado Novo. Ademais, conforme assevera Schemes (2013), as comemorações ou festas cívicas estavam diretamente associadas à ideia de harmonia e felicidade coletiva, mascarando assim, os supostos conflitos que permeavam a sociedade naquele momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupados em educar aqueles que seriam os futuros cidadãos da pátria, os ideólogos do estado Novo vão se debruçar em um projeto de mobilização da juventude. Destarte, é instituída, por meio do Decreto nº 2.072, a Juventude Brasileira. Logo, a concepção de uma juventude disciplinada civicamente, moralmente e fisicamente associada à ideia de uma nação forte, fez com que o Estado Novo adotasse o escotismo como modelo para a juventude brasileira (ZUQUIM E CYTRYNOWICZ, 2002). A partir de então, o Movimento Escoteiro, em todo o país, passa a adotar o estandarte e o cântico da Juventude Brasileira até o final do Estado Novo. O escotismo incorporado a Juventude Brasileira atuou como um tipo de instituição disciplinar, fazendo um investimento no corpo juvenil brasileiro, regulando-o através de dispositivos disciplinares com o objetivo de torná-lo educado, obediente e útil à nação, pois um “corpo disciplinado era sinônimo de nação polida, desavenças políticas amenizadas” (OLIVEIRA, 2002, p. 236).

A criação da Juventude Brasileira cumpria ainda o papel de fortalecer a imagem do presidente Vargas e propagar o culto dos símbolos nacionais. Os jovens assim como os escoteiros eram presenças garantida nas festividades cívicas onde eram encenados os valores cívicos pretendidos pela nova ordem política. Destarte, as comemorações cívicas contribuíam para a difusão e a legitimação do novo regime e para a inculcação do sentimento de civismo da população, sobretudo, das crianças e jovens.

A juventude Brasileira foi extinta em novembro de 1945, logo após o término do Estado Novo, com a revogação do Decreto 2.072. No processo de redemocratização do país, esta medida foi “saudada pela imprensa, que nela verá um sinal do fim melancólico de uma tentativa frustrada de implantação no Brasil de um movimento de juventude nos moldes fascista” (HORTA, 2012). Quanto ao escotismo, Nascimento (2008) argumenta que, na prática, durante o período estadonovista, a União dos Escoteiros do Brasil funcionou sob intervenção militar. Somente em 24 de janeiro de 1946, é que O Decreto-Lei nº 8.828, que “dispõe sobre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extraescolar”; reconhece a autonomia dela em relação ao Estado e permite que a instituição mantenha “sua organização própria com direito exclusivo ao porte e uso dos uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e terminologia adotados nos seus regimentos e necessários à metodologia escoteira” (BRASIL, 1946).

Entendemos que tanto a Juventude Brasileira quanto a incorporação do escotismo a

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br



referida instituição faziam parte da estratégia da propaganda política do regime autoritário de Vargas, que se apropriou dessas duas instituições para disseminar entre os jovens brasileiros os ideais do regime vigente. Destarte, a Juventude Brasileira articulada ao escotismo foi decisiva para a construção do sentimento de civismo entre os jovens, considerados a “força capaz de consolidar o Estado Novo”.

## REFERÊNCIAS

A PALAVRA do chefe da nação aos escoteiros. **Vida Escoteira- Revista da Juventude**. Rio de Janeiro. Ano 1, n. 3, p. 5 agos. 1938.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENCOSTTA, Marcus. **Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3.; 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBHE, 2004. p. 1-13.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual, 2009.

BLOWER, Almirante Bernard David. **História do escotismo brasileiro: os primórdios do escotismo no Brasil**. Rio de Janeiro: CCME, 1994.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (10 de novembro de 1937). Disponível em: <file:///D:/Filmes/constituicao\_1937\_texto.pdf> Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.310, de 14 de junho de 1940- Incorpora à Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2310-14-junho-1940-412165-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 4 abr.. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940- Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.828, de 24 DE JANEIRO DE 1946- Dispõe sobre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extraescolar**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8828-24-janeiro-1946-416600-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 4 abr. 2017.

BURITI, Iranilson. **Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)**. 2002, 348f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida das Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELO, Teodorico. A educação nacional será a educação escoteira. In: **Vida Escoteira-Revista da Juventude**. Rio de Janeiro. Ano 1, nº 1, p. 10-11, mai. 1938.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude**: Reflexões para o debate. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1dbkacfGWT3ny7a4rB68kFwAm4sZsViqXAge7s4nRqM/edit>> Acesso: 02 mar. 2018.

CENTRO CULTURAL de Memória Escoteira. **Memória Escoteira**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 50, maio/set. 2004.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

DESPERTANDO AS ENERGIAS cívicas da juventude brasileira. **Revista Carioca**, Rio de Janeiro, n. 192, p. 32-33, 1939. Disponível em: <<http://chamaescoteira.wordpress.com/tag/1939/>> Acesso: 12 mar. 2016.

GROPPO, Luis Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**, São Paulo, v. 13, n. 25, dez. 2004.

HOCHE, Aline de Almeida. A juventude brasileira e o Presidente Vargas. **Cordis**. Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 114-151, jul./dez. 2017

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Lígia Maria Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

NASCIMENTO. Adalson de Oliveira. **Sempre alerta!** O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945). 2004, 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NASCIMENTO, Jorge carvalho do. **A escola de Baden-Powell** – cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

PARADA, Mauricio. **Educando Corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & Literatura**: uma velha-nova história. História cultural do Brasil, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/indexI560.html>>. Acesso em mar. 2019.

SANTANA, Márcio Santos de. A categoria juventude na pesquisa histórica: notas metodológicas. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. **Anais**, São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). **Dimensões**, vol. 30, 2013, p. 335-361.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. Estado Novo: novas práticas? – A educação escolar no

Liceu Industrial Rio Grande do Norte (1937-1942). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27; 2003. Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

STEIN, Cristiane Antunes. **Por Deus e pelo Brasil: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)**. 2008, 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VARGAS, Getúlio. A solidariedade dos riograndenses e a libertação do Rio Grande (discurso pronunciado no palácio do governo do rio grande, em porto alegre, respondendo e agradecendo a manifestação popular de 7 de janeiro de 1938). In. **A Nova Política do Brasil V- O Estado Novo** (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

VIVIANI, Fabrícia Carla. A Nova Política do Brasil: temas e argumentos. In: Anais Semana de Ciência Política, 2; 2014, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. **Notas para uma história do escotismo no Brasil: a “psicologia escoteira” e a teoria do caráter como pedagogia do civismo (1914- 1937)**. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 35, p. 43-58, jul. 2002.